

Sarney recebe PC do B e diz que todos serão

Brasília — Ao receber no Palácio do Planalto um grupo de representantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Presidente Sarney garantiu que os partidos não legalizados também serão ouvidos pelo Governo para a fixação de posições sobre os mais diferentes temas, da legislação sindical à inflação, passando pelas dívidas externa e interna.

O grupo era integrado pelos Deputados federais Haroldo Lima (PMDB-BA), Aldo Arantes (PMDB-GO), Luiz Guedes (PMDB-MG) e Aurélio Peres (PMDB-SP), mais oito deputados estaduais. O Presidente comunicou-lhes também sua disposição de discutir com representantes de toda a sociedade, e sobretudo do Congresso, um programa de Governo destinado a enfrentar os problemas mais imediatos.

Caça a Delfim

Os representantes dos comunistas levaram ao Presidente uma proposta de pacto sindical, pedindo reajustes salariais trimestrais, liberdade para as comissões de fábricas e redução da jornada de trabalho para 40 horas. Esse pacto seria realizado entre o Governo, CUT, Conclat e patrões. Durante as discussões, as greves, segundo eles, deveriam ser suspensas.

Sarney preferiu não chamar o PC do B de clandestino. Disse que "é um partido buscando sua legalização".

Os representantes do PC do B ficaram satisfeitos com a disposição de Sarney para discutir todas as questões por eles levantadas. Aurélio Peres destacou as medidas que o Presidente está começando a tomar no campo social e a atenção que deu aos cinco temas levados pelo partido: liberdade partidária, plano de emergência para a área social, reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa e pacto social. Tudo isto para "apoiar com independência o Governo de Sarney", segundo Haroldo de Lima.

Lima propôs, e Sarney anotou, que fosse requisitada a ata do depoimento secreto do ex-

Ministro do Exército, Sílvio Frota, na CPI da dívida externa, em 84, denunciando o ex-Ministro Delfim Netto como responsável por sérias irregularidades, desde a origem dos grandes empréstimos internacionais.

O Presidente também concordou com os representantes do PC do B quanto às greves de São Paulo. Para ele, estes movimentos não são forçados, mas sim consequência da situação difícil da classe trabalhadora e que, portanto, têm uma base real. Sarney disse que a orientação do Governo no tratamento das greves é a negociação, para evitar de todas as formas reprimi-las policialmente.

Projeto Brasil

Justificando que o "pacto social já é um termo desgastado", o Presidente Sarney disse que seu esforço governamental será agora batizado de Projeto Brasil. Sua intenção concreta é retomar decisões tomadas duas semanas antes da morte do Presidente Tancredo Neves, para dar prioridade aos investimentos sociais, sem descuidar do combate à inflação, e tentar ao mesmo tempo um acordo entre empresários e trabalhadores, para garantir a paz social. Por trás dessas propostas há a preocupação de garantir ao Governo o necessário apoio popular para que o pacto político não saia comprometido.

Ao anunciar hoje, às 20h, em cadeia de rádio e TV, um novo salário mínimo acima do INPC, o Presidente dará ênfase às suas preocupações sociais, deixando claro que o objetivo central do novo mínimo é a recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores. Além disso ele irá falar do decreto que proíbe o Governo de intervir nos sindicatos.

Antes, às 16h30min, o Presidente Sarney assinará o decreto que cria o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, em cerimônia a que deverão estar presentes representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Comissão Pastoral da Terra.

Brasília — Foto de José Varela

OUVIDOS

JORNAL DO BRASIL